

**GOVERNO****Decreto n.º 31/2007**

Tornando-se necessário proceder a nomeação de um novo Administrador para área Financeira e Comercial da EMAE;

Tendo em conta o desaparecimento trágico do Dr. José da Cruz do Espírito Santo, Administrador para a área Financeira e Comercial da EMAE;

Considerando a alínea a) do artigo 7.º dos seus Estatutos;

Nestes termos no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 111.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

**Artigo 1.º**

É nomeado o Sr. Engenheiro João Lima dos Reis, para exercer as funções de Administrador para área Financeira e Comercial da EMAE.

**Artigo 2.º**

Este Decreto entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros aos 02 de Agosto de 2007.- O Primeiro Ministro e Chefe do Governo, Engenheiro, *Tomé Soares da Vera Cruz*; O Ministro dos Recursos Naturais e Meio Ambiente, Dr. *Manuel de Deus Lima*.

Promulgado em 5 de Novembro de 2007.

Publique-se.

O Presidente da Pública, *Fradique Bandeira Melo de Menezes*.

**DECRETO-LEI N.º 32/2007****Criação do Instituto Marítimo - Portuário de São Tomé E Príncipe**

A Lei de Bases da Segurança Marítima e da Prevenção da Poluição do Mar (Lei n.º 13/2007) define as bases gerais em que assenta a política de segurança marítima, da prevenção e do combate à poluição do mar, bem como as atribuições prosseguida pelas entidades que integram o Sistema Nacional da Segurança Marítima, da qual é parte integrante o Instituto Marítimo - Portuário de São Tomé e Príncipe.

Este Instituto Marítimo - Portuário com objectivos e atribuições já previstos na Lei de Bases é a entidade nacional com responsabilidade de implementar algumas

da convenções internacionais, no âmbito da segurança marítima, e, nomeadamente, certificar as embarcações nacionais e os respectivos tripulantes com o propósito principal de proteger e salvaguardar a vida humana no mar.

A referida Lei de Bases prevê ainda que as matérias respeitantes à organização, funcionamento, estrutura orgânica e quadros de pessoal do Instituto Marítimo Portuário de São Tomé e Príncipe, será objecto de diploma próprio, pelo que presente Decreto Lei pretende dar cumprimento a essa disposição.

Nestes termos, usando das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 111.º da actual Constituição Política, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

**Capítulo I  
Disposições Gerais****Secção I  
Criação, Estatutos e Sede****Artigo 1.º  
Criação**

É criado o Instituto Marítimo - Portuário de São Tomé e Príncipe, abreviadamente designado de IMAP-STP, cujos estatutos em anexo fazem parte do presente diploma.

**Artigo 2.º  
Sede e Delegações**

1. O IMAP-STP tem a sua sede em São Tomé, podendo constituir delegações ou nomear representantes em qualquer parte do território nacional de acordo com as necessidades das suas actividades.

2. O IMAP-STP é inicialmente dotado de instalações, móveis, equipamentos e meio cuja propriedade lhe seja transmitida pelo Governo no momento da sua instalação, devendo estes ser compatíveis com as actividades a exercer.

3. Os bens e direitos que o IMAP-STP vier a adquirir, integrarão o seu património.

**Secção II  
Objecto, Natureza, Regime e  
Âmbito de Aplicação****Artigo 3.º  
Objecto**

O objecto do IMAP-STP é o desenvolvimento dos aspectos relativos à segurança das embarcações e das pessoas e bens embarcados, à prevenção da poluição pelo navios, à contribuição para a protecção marítima dentro

da área marítima sob sua jurisdição e à preparação da regulamentação das actividades relativas à sua matéria.

**Artigo 4.º**  
**Natureza e regime**

1. O IMAP-STP é pessoa colectiva de direito público, dotado de autonomia técnica, administrativa e financeira e de património próprio.

2. O IMAP-STP rege-se pelo presente Decreto-Lei, pelos respectivos Estatutos e Regulamento Interno.

**Capítulo II Tutela,  
Supervisão e Controle**

**Artigo 5.º**  
**Tutela**

O IMAP-STP está sujeito à tutela do Ministro responsável pelas Infra-Estruturas.

**Capítulo III**  
**Organização e funcionamento**

**Secção I**  
**Organização**

**Artigo 6.º**  
**Atribuições e competências**

1. As atribuições e competências específicas do IMAP-STP são definidas pelos Estatuto e Regulamento Interno.

2. O IMAP-STP exerce as suas competências através de actos que são aprovados por deliberação da maioria dos membros dos órgãos estatutários com competências para o efeito.

**Artigo 7.º**  
**Estrutura e Organização Interna**

1. A estrutura e organização interna do IMAP-STP são estabelecidas e regulamentadas pelo Regulamento Interno.

2. O Regulamento Interno define igualmente as regras de funcionamento do IMAP-STP.

3. O Regulamento deve obedecer ao disposto no presente Decreto-Lei e aos princípios gerais de direito que regem a Administração Pública.

4. O IMAP-STP deve ter, em termos de órgãos estatutários, um órgão de fiscalização com competências e vocação para fiscalizar as suas actividades e contas.

**Capítulo IV**  
**Disposições Finais e Transitórias**

**Secção I**  
**Instalação e Entrada em vigor**

**Artigo 8.º**  
**Instalação**

Durante o período que mediar entre a publicação do presente Decreto-Lei e a entrada em vigor, o Conselho de Ministros deve proceder à nomeação dos membros do Conselho de Administração, do Director Geral do IMAP-STP.

**Artigo 9.º**  
**Entrada em Vigor**

O presente Decreto-Lei entra em vigor nos termos legais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 13 de Setembro de 2007.- O Primeiro Ministro e Chefe do Governo, *Engenheiro, Tomé Soares da Vera Cruz*; A Vice Primeira Ministra e Ministra do Plano e Finanças, *Dr.ª Maria dos Santos Lima da Costa Tebus Torres*; O Ministro da Defesa e Ordem Interna, *Tenente Coronel, Óscar Aguiar de Sacramento e Sousa*; O Ministro das Obras Públicas e Infra-Estruturas, *Senhor, Delfim Santiago das Neves*; O Ministro da Justiça e Assuntos Parlamentares, *Justino Tavares da Veiga*.

Promulgado em 5 de Novembro de 2007.

O Presidente Da República, *Fradique Bandeira Melo de Menezes*.

**Anexo**

**Estatutos do Instituto Marítimo - Portuário de  
São Tomé e Príncipe**

**Capítulo I**  
**Natureza, Poderes, Atribuições**

**Artigo 1.º**  
**Natureza**

1. O Instituto Marítimo - Portuário de São Tomé e Príncipe, abreviadamente designado por IMAP-STP é um organismo de direito público com autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial,

2. O objectivo do IMAP-STP é o desenvolvimento de acções conducentes à segurança das embarcações e das pessoas e bens embarcados, à prevenção da poluição pelos navios, à contribuição para a protecção marítima e à elaboração da regulamentação das actividades relativas a estas matérias.

3. O IMAP-STP rege-se pelo presente estatuto.

Artigo 2.º

**Personalidade Jurídica**

O IMAP-STP goza de personalidade jurídica própria exercendo as suas atribuições sob a tutela do Ministro das Infra-Estruturas.

Artigo 3.º

**Poderes**

1. O IMAP-STP tem intervenção reguladora, fiscalizadora e vinculativa no âmbito das acções referidas no n.º 2 do artigo 1.º;

2. As intervenções do IMAP-STP consagradas neste diploma estão conformes à legislação sectorial, aos regulamentos e aos compromissos legais de que o Estado Santomense é parte no plano internacional;

3. Os poderes do IMAP-STP aplicam-se a entidades públicas ou privadas, colectivas e individuais em todo o espaço da Zona Económica Exclusiva (ZEE).

Artigo 4.º

**Atribuições**

1. No cumprimento dos seus objectivos, as atribuições do IMAP-STP contêm os seguintes serviços:

- a) Serviços Marítimos.
- b) Serviços Portuários.

2. No âmbito dos Serviços Marítimos as atribuições são as seguintes:

- a) Registrar os navios;
- b) Aprovar os projectos de segurança da construção e do equipamento das embarcações;
- c) Inspeccionar em porto nacional as embarcações estrangeiras no âmbito do controlo pelo estado do porto;
- d) Inspeccionar e certificar as embarcações nacionais;
- e) Regulamentar a segurança das embarcações em todas as disciplinas;
- f) Estabelecer os padrões e administrar a formação dos marítimos;
- g) Fixar a lotação mínima de segurança das embarcações;
- h) Efectuar a investigação de acidentes e outros

actos relativos a esta matéria em articulação com a Capitania dos Portos;

- i) Participar e contribuir para protecção marítima.

3. No âmbito dos Serviços Portuários as atribuições são as seguintes:

- a) Assegurar as condições de navegabilidade nas águas sob sua jurisdição garantindo, nomeadamente a manutenção de fundos nas vias navegáveis e zonas de manobra, junto aos cais e terminais, bem como nas áreas de fundeadouros;
- b) Fixar os fundeadouros e os seus limites e definir a sua utilização;
- c) Garantir e gerir a actividade de pilotagem;
- d) Definir o uso dos meios e das condições de prestação de serviços de assistência à manobra de navios;
- e) Estabelecer condicionalismos de atracagem e largada de navios em função das exigências de segurança;
- f) Fixar regras de manuseamento, armazenagem e transporte de cargas perigosas, e a fiscalização do cumprimento das normas em vigor sobre esta matéria;
- g) Elaborar as normas sobre acesso, a entrada, a permanência e saída de navios do porto;
- h) Efectuar o policiamento geral da área sob a sua jurisdição, directamente ou através de entidades públicas ou privadas em articulação com a capitania dos portos;
- i) Tratar dos casos relativos ao aparecimento de casco de embarcações naufragadas, destroços, material flutuante ou submerso nas áreas marítimas sob jurisdição portuária;
- j) Fiscalizar o serviço de vigilância que nas embarcações mercantes nacionais deve ser mantido pelas respectivas tripulações;
- k) Prevenir e combater a poluição na área marítima sob a jurisdição portuária;
- l) Participar e contribuir para protecção marítima;
- m) Assegurar os serviços de pilotagem em articulação com os serviços da capitania dos portos.

Artigo 5.º  
**Sede e delegações**

O IMAP-STP tem a sua sede na cidade de São Tomé, podendo dispor, mediante despacho conjunto do Ministro de tutela do IMAP-STP e do Ministro do Plano e Finanças, de qualquer outra forma de representação no país.

**Capítulo II**  
**Definições**

Artigo 6.º  
**Definições**

Para os efeitos o presente Estatuto, entende-se por:

- a) **Marítimos:** as pessoas que exercem uma actividade profissional a bordo de uma embarcação envolvida numa actividade comercial;
- b) **Embarcação ou navio:** todo o engenho flutuante ao aparelho aquático utilizado ou susceptível de ser utilizado como meio de transporte na água, incluindo plataformas flutuantes e submersíveis;
- c) **Protecção marítima:** o conjunto de medidas preventivas destinadas a proteger o transporte marítimo e as instalações portuárias contra ameaças das acções ilícitas internacionais;
- d) **Acidente:** qualquer acontecimento de mar envolvendo um navio, que possa causar ou tenha causado ferimentos graves ou perda de vida, danos graves para o navio ou para a sua carga, para outros equipamentos flutuantes, para as instalações em terra, ou para o meio marítimo;
- e) **Catástrofe:** é um acontecimento súbito, quase sempre imprevisível, de origem natural ou causado por uma embarcação, susceptível de provocar vítimas e danos materiais avultados, afectando gravemente a segurança de pessoas no mar e junto à costa, as condições de vida dos marítimos e das populações que habitam ou trabalham junto à costa e o tecido sócio-económico baseado no mar.
- f) **Calamidade:** é um acontecimento ou uma série de acontecimentos graves, de origem natural ou tecnológica, com efeitos prolongados no tempo e no espaço, em regra, previsíveis, susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afectando as condições de vida dos marítimos e das populações que habitem ou trabalhem junto à costa e o tecido sócio-económico baseado no mar em extensas áreas costeiras e marítimas sob a jurisdição nacional;
- g) **Embarcações de passageiros:** são as embarca-

ções destinadas ao transporte de mais de 12 passageiros;

- h) **Embarcações de carga:** são as embarcações destinadas ao transporte de carga, podendo, desde que autorizadas, transportar até 12 passageiros;
- i) **Cargo passageiro:** são embarcações destinadas ao transporte de carga e passageiros simultaneamente, com limitações mediante autorização e com o número superior a 12 passageiros;
- j) **Rebocadores:** são embarcações de propulsão mecânica destinadas a conduzir outras por meio de cabos ou outros meios não permanentes;
- k) **Embarcações de serviço auxiliar:** são as embarcações que não são de passageiros, carga, rebocadores, pesca ou recreio, e que têm a designação conforme o serviço a que se destinam;
- l) **Embarcações de pesca:** são as utilizadas para a captura do peixe, baleias, focas, morsas e outros recursos vivos do mar;
- m) **Embarcações de recreio:** são todo o engenho ou aparelhos de qualquer natureza, que se empregam nos desportos náuticos, na pesca desportiva ou em simples entretenimento, sem quaisquer fins lucrativos para os seus utentes ou proprietários;
- n) **Viagem internacional:** qualquer viagem com início num porto nacional até um porto situado fora do território;
- o) **Sociedade classificadora reconhecida ou organização reconhecida ao nível nacional, ou inversamente:** uma sociedade classificadora que após de ter sido reconhecida competência técnica tenha celebrado um acordo com o IMAP-STP nos termos e requisitos aplicáveis no Regulamento Geral da Administração Marítima para o Registo e Segurança das Embarcações;
- p) **Organização Marítima e Internacional (IMO):** Agência especializada das Nações Unidas para a Segurança Marítima e Prevenção da Poluição causada por navios;
- q) **Companhia:** é o proprietário dum navio, o gestor de navios; o afretador em casco nu ou qualquer outra organização ou pessoa que tenha assumido perante o proprietário a responsabilidade pela exploração do navio.

### **Capítulo III Tutela**

#### **Artigo 7.º**

#### **Do Ministro da tutela do IMAP-STP**

O IMAP-STP está sujeito à tutela do Ministro responsável pelas Infra-estruturas.

#### **Artigo 8.º**

#### **Competências do Ministro de Tutela**

1. Ao Ministro da tutela do IMAP-STP compete:

- a) Propor ao Conselho de Ministros a nomeação do Director Geral do IMAP-STP;
- b) Nomear sob proposta do Director Geral, o Director dos Serviços Marítimos e o Director dos Serviços Portuários.

2. O Ministro da tutela do Instituto Marítimo - Portuário poderá estabelecer por despacho:

- a) As normas técnicas secundárias necessárias a aplicação da regulamentação técnica principal aprovada por decreto-lei;
- b) Os procedimentos e demais normas técnicas cuja fixação as próprias convenções Internacionais deixam à competência das Administrações Nacionais.

3. O Ministro da tutela do IMAP-STP poderá ainda emitir orientações de carácter genérico, em casos particulares, para o IMAP-STP, quando for considerado indispensável e tratando-se de:

- a) Assuntos que poderão por em causa as boas relações do país com outro Estado ou território;
- b) Compromissos internacionais, cujo cumprimento esteja em causa, a que STP esteja vinculado ou por ser membro de uma determinada organização internacional ou por ser parte de um acordo internacional;
- c) Possibilidade de STP tornar-se membro de uma organização internacional ou ser parte de um acordo internacional;
- d) Composição, Competências e Funcionamento do Instituto Marítimo - Portuário de São Tomé e Príncipe.

#### **Artigo 9.º**

#### **Órgãos e Estruturas do IMAP-STP**

1. São órgãos do IMAP-STP:

- a) O Conselho Superior;
- b) O Conselho de Administração;
- c) O Director Geral;
- d) O Conselho Consultivo;
- e) O Conselho Fiscal;

2. A estrutura interna do IMAP-STP pode constituir-se por direcções correspondentes aos vários sectores regulados, conforme o artigo 4.º.

3. A estrutura interna do IMAP-STP inclui obrigatoriamente uma direcção dos serviços marítimos e outra dos serviços portuários.

### **Secção I**

### **Conselho Superior do IMAP-STP**

#### **Artigo 10.º**

#### **Composição e atribuições**

1. O Conselho Superior do IMAP-STP é o órgão ministerial orientador das políticas e estratégias do IMAP-STP.

2. O Conselho Superior do IMAP-STP é composto por:

- a) Ministro de Tutela do IMAP-STP que o preside;
- b) Ministro responsável do Ambiente e dos Recursos Naturais;
- c) Ministro da Defesa;
- d) Ministro do Plano e Finanças;
- e) Ministro Responsável pelas Pescas;
- f) Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- g) Presidente do Governo Regional da Região Autónoma do Príncipe.

#### **Artigo 11.º**

#### **Atribuições**

1. Definir e aprovar as políticas e o plano estratégico para três anos.

2. Aprovar o relatório de contas e actividades apresentados pelo Conselho de Administração.

3. Fixar a remuneração, prémios e privilégios dos órgãos sociais.

4. Deliberar sobre quaisquer propostas de alteração dos estatutos antes da sua aprovação pelo Conselho de Ministros.

## **Secção II**

### **Conselho de Administração**

#### **Artigo 12.º**

##### **Composição do Conselho de Administração**

1. O Conselho de Administração do IMAP-STP é composto por 7 membros, respeitando a composição do Conselho Superior, nomeados por Decreto do Conselho de Ministros sobre a proposta do Ministro de Tutela, um dos quais é Presidente.

2. Os membros do Conselho de Administração são empossados pelo Primeiro Ministro.

#### **Artigo 13.º**

##### **Mandato dos Membros do Conselho de Administração**

1. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de três anos, podendo ser reconduzidos por apenas mais um mandato.

2. Em caso de ausência, falecimento, exoneração ou demissão de qualquer um dos membros do Conselho de Administração do IMAP-STP, o substituto iniciará sempre um novo mandato

#### **Artigo 14.º**

##### **Atribuições do Conselho de Administração**

São atribuições próprias do Conselho de Administração:

- a) Aprovar as medidas de política e estratégia que sejam necessárias ao cumprimento dos objectivos do IMAP-STP;
- b) Aprovar os planos de actividades, orçamento, incluindo o regime de salários e benefícios de funcionários e empregados, relatórios de actividades e Balanço e Contas do IMAP-STP;
- c) Aprovar os programas e linhas de financiamento do IMAP-STP;
- d) Aprovar os regulamentos internos relativos à funcionalidade do IMAP-STP e as normas administrativas que julgue convenientes para o seu melhor funcionamento;
- e) Exercer as demais funções e faculdades que lhe correspondam, de acordo com a Lei, regulamentos e outras disposições aplicáveis.

#### **Artigo 15.º**

##### **Delegação dos Poderes**

O Conselho de Administração poderá, dentro dos limites fixados por este Estatuto e pelo seu Regulamento Interno, delegar os seus poderes, devendo o competente documento estabelecer, claramente, o âmbito, o limite temporal e o beneficiário.

#### **Artigo 16.º**

##### **Deliberações do Conselho de Administração**

As deliberações de carácter normativo ou institucional só serão válidas, quando tomadas com a participação de, pelo menos, dois representantes do sector público e um do sector privado.

#### **Artigo 17.º**

##### **Prestação de Contas**

1. Após a aprovação do Conselho de Administração, O IMAP-STP submeterá ao Conselho Superior do IMAP-STP, quatro meses após o fim do exercício anual, o relatório de actividades e as contas de exercício do ano transacto, para aprovação.

2. O referido relatório e contas deverá imperativamente, ser submetido a aprovação do Conselho dos Ministros, instruído com o parecer do Conselho Fiscal.

## **Secção III**

### **Director Geral**

#### **Artigo 18.º**

##### **Nomeação do Director Geral**

A nomeação do Director Geral é feita por decreto aprovado em Conselho de Ministros, tendo em conta a formação académica, os conhecimentos técnicos e a experiência, necessários ao eficiente exercício do cargo.

#### **Artigo 19.º**

##### **Atribuições do Director Geral**

1. No âmbito do exercício das suas funções, competirá ao Director Geral do IMAP-STP:

- a) Organizar, dirigir, coordenar e fiscalizar todas as actividades e serviços do IMAP-STP, podendo adaptar as medidas consideradas pertinentes ao seu bom funcionamento;
- b) Representar o IMAP-STP em todos os actos e contratos, podendo esses poderes serem delegados em uma ou várias pessoas, em parte ou na sua totalidade;
- c) Preparar e garantir o secretariado das reuniões do Conselho de Administração;

- d) Elaborar e submeter ao Conselho de Administração o Regulamento Interno do IMAP-STP;
- e) Redigir e submeter ao Conselho Superior da Autoridade o relatório e contas da Autoridade após a aprovação do Conselho de Administração;
- f) Exercer o poder disciplinar; "
- g) Executar e mandar executar todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração, velando por que estas se cumpram e mantê-lo informado sobre a sua implementação;
- h) Prestar contas sobre as fontes e utilização dos fundos obtidos e/ou atribuídos ao IMAP-STP;
- i) Presidir ao Conselho Consultivo;
- j) Publicar os relatórios e contas anuais do exercício, assim como o de auditoria;
- k) Nomear os chefes dos diferentes serviços do IMAP-STP.

2. Dos actos do Director Geral cabe recurso ao Conselho de Administração.

#### **Secção IV Conselho Consultivo**

##### **Artigo 20.º Composição do Conselho Consultivo**

1. O Conselho Consultivo é o órgão de consulta do Director Geral, ao qual compete dar parecer sobre quaisquer assuntos relacionados com as atribuições do IMAP-STP que lhe sejam submetidas pelo Director Geral.

2. O Conselho Consultivo é presidido pelo Director Geral e é composto pelos responsáveis dos serviços do IMAP-STP e um representante designado por uma das seguintes entidades:

- a) Director Geral das Pescas;
- b) Presidente do Conselho de administração da AGER;
- c) Agências de Navegação;
- d) Guarda Costeira;
- e) Capitania dos Portos;
- f) Representante dos proprietários de embarcações de pescas;
- g) Representante das embarcações de comércio,

rebocadores e de serviços auxiliares.

3. Quando o Presidente do Conselho Consultivo o entender conveniente, podem ser convidadas outras entidades a assistir às reuniões do Conselho Consultivo, com estatuto de observador.

4. O Conselho Consultivo funciona em sessões plenárias ou por comissões especializadas, de acordo com o respectivo regulamento interno, a aprovar pelo Conselho de Administração, sob proposta do Presidente, ouvido o Conselho e homologado por despacho do Ministro das Infra estruturas.

##### **Artigo 21.º Atribuições do Conselho Consultivo**

1. O Conselho Consultivo tem como atribuições pronunciar-se sobre:

- a) Proposta de parecer a emitir pelo Director Geral do IMAP-STP no âmbito das suas atribuições previstas no artigo 19.º;
- b) Regulamentos, cuja elaboração seja da competência do Director Geral do IMAP-STP;
- c) Plano e relatório de actividades anuais do IMAP-STP;
- d) Outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração do IMAP-STP;
- e) Aprovar o seu próprio regulamento interno.

2. Os pareceres do Conselho Consultivo não são vinculativos, com excepção do que diz respeito à alínea e) do parágrafo 1 deste artigo, devendo este ser anexo aos documentos referidos na alínea c) deste mesmo artigo no momento da sua submissão ao Conselho de Administração.

##### **Artigo 22.º Funcionamento**

1. O Conselho Consultivo reúne-se ordinariamente por convocação do seu presidente, uma vez por semestre, e extraordinariamente sempre que o presidente e ou um terço dos seus membros assim o desejarem.

2. O Conselho Consultivo aprovará o seu regimento interno, podendo organizar-se por secções especializadas.

#### **Secção V Conselho Fiscal**

##### **Artigo 23.º Competências**

Além das atribuições previstas na Lei, compete ao

**Conselho Fiscal:**

- a) Fiscalizar a administração e a gestão do IMAP-STP e proceder à verificação e, inspecção de todos os actos em qualquer momento;
- b) Velar pela observância da Lei do presente Estatuto e do Regulamento Interno;
- c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- d) Examinar trimestralmente as contas do IMAP-STP;
- e) Emitir parecer sobre as contas e o orçamento do IMAP-STP;
- f) Emitir parecer sobre quaisquer assuntos que lhe sejam propostos pelo Conselho de Administração;
- g) Elaborar os relatórios anuais da sua actividade.

**Artigo 24.º**  
**Composição**

O Conselho Fiscal é composto por um presidente e dois vogais nomeados em Conselho de Ministros, devendo um dos vogais ser auditor especializado em finanças, contabilidade ou revisor oficial de contas.

**Artigo 25.º**  
**Funcionamento**

O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente, pelo menos, uma vez por trimestre, e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente ou a pedido dos dois vogais.

**Artigo 26.º**  
**Obrigações**

Os membros do Conselho Fiscal estão sujeitos às obrigações seguintes:

- a) Guardar sigilo profissional;
- b) Exercer uma fiscalização séria e imparcial;
- c) Cumprir as demais obrigações impostas por lei e pelo presente Estatuto.

**Capítulo IV**  
**Pessoal**

**Artigo 27.º**  
**Seleção do pessoal**

1. O quadro do pessoal é aprovado pelo Conselho Superior do IMAP-STP.

2. O pessoal do IMAP-STP será recrutado por selecção, através de concurso público.

**Artigo 28.º**  
**Remunerações**

1. As remunerações do pessoal do IMAP-STP serão estabelecidas pelo Conselho de Administração e homologadas pelo Ministro de tutela.

2. Os Membros do Conselho de Administração terão direito a uma senha de presença sujeita a ajustes periódicos.

3. Todo o pessoal que integra as diferentes estruturas do IMAP-STP, terá direito a uma remuneração de acordo com o quadro privativo a ser aprovado em Conselho de Administração.

4. Os salários praticados pelo IMAP-STP deverão ser equiparado com os das Instituições que detêm autonomia Administrativa e Financeira de conformidade com o Plano de Investimento e Financeiro submetido anualmente ao Venerando Conselho de Ministros para a sua aprovação.

**Artigo 29.º**  
**Inspectores de navios**

1 Do quadro do pessoal referido no n.º 1 do artigo anterior constará obrigatoriamente uma carreira de inspectores de navios.

2. Podem transitar para a carreira de inspecção de navios, prevista no número anterior, os funcionários de Estado que já exerciam anteriormente funções de inspecção de navios.

3. O recrutamento para novos inspectores deve ser feito de preferência entre indivíduos com formação em segurança marítima, engenharia de máquinas marítimas, engenharia mecânica, engenharia naval, pilotagem, navegação e ciências náuticas.

**Artigo 30.º**  
**Identificação**

O pessoal de inspecção de navios do IMAP-STP será identificado mediante a apresentação de cartão de identidade profissional de modelo a aprovar por despacho do Ministro de tutela.



## **Capítulo V**

### **Património, Receitas e Despesas**

#### **Artigo 31.º**

##### **Princípios e Instrumentos de Gestão**

1. O IMAP-STP deve observar na sua gestão os seguintes princípios:

- a) Gestão por objectivos;
- b) Controlo interno de gestão;
- c) Informação permanente da evolução financeira.

2. Na previsão e controlo utilizar-se-ão os seguintes instrumentos:

- a) Plano anual de actividades;
- b) Orçamento anual;
- c) Relatório anual de actividades.

#### **Artigo 32.º**

##### **Taxas**

Pelos serviços prestados relativos às vistorias, emissão de documentos, certificações, inscrição marítima e outros serviços prestados pelo IMAP-STP são devidas taxas que constituirão receita própria do IMAP-STP e cujo montante é fixado por Decreto do Governo sob proposta do Ministro de tutela.

#### **Artigo 33.º**

##### **Orçamento**

O IMAP-STP dispõe de orçamento próprio, elaborado anualmente e aprovado pelo Conselho de Administração, devendo as suas contas ser fiscalizadas nos mesmos termos e condições das demais entidades públicas autónomas.

#### **Artigo 34.º**

##### **Receitas**

As receitas do IMAP-STP provêm essencialmente das seguintes fontes:

- a) Transferência do OGE.
- b) O produto dos serviços prestados;
- c) Constituição do Registo das Embarcações
- d) Taxas de licenciamento de embarcações.
- e) Penalidades aplicadas aos infractores das disposições legais relativas à ZEE.

- f) O valor da venda de publicações e impressos por si editados.
- g) Assistência financeira de doares e/ou instituições financeira.
- h) Outras receitas que, por lei, acto ou contrato, lhe sejam conferidas.
- i) Produto de alienação de património.

#### **Artigo 35.º**

##### **Distribuição de Receitas**

O IMAP-STP reterá 70% das receitas geradas durante o exercício das suas atribuições durante os três primeiros após a sua constituição para fazer face aos custos de instalação e funcionamento da instituição, findo os quais passará a reter 30%, e 70% serão depositadas no Cofre do Estado.

#### **Artigo 36.º**

##### **Património**

1. O património do IMAP-STP inclui bens adquiridos ou recebidos, rendas ou rendimentos de bens ou direitos, saldos positivos de anos anteriores e outras receitas.

2. O IMAP-STP poderá alienar bens e direitos julgados necessários, e reter as receitas destas alienações mediante o Despacho Conjunto do Ministro de Tutela e das Finanças.

## **Capítulo VI**

### **Disposições transitórias**

#### **Artigo 37.º**

##### **Sucessão**

O IMAP-STP sucede a Capitania dos Portos nas atribuições e competências sobre as matérias relativas à certificação e inspecção de embarcações, registo de navios e inscrição marítima

#### **Artigo 38.º**

##### **Transição de pessoal**

Podem transitar para o quadro do IMAP-STP, o pessoal de outros organismos públicos, com preparação, experiência ou formação nas áreas da competência do IMAP-STP, sem perda de quaisquer direitos, nomeadamente na antiguidade ou tempo para promoção na respectiva carreira.

#### **Artigo 39.º**

##### **Legislação Revogada**

Fica revogada toda a legislação referente a matérias reguladas neste diploma.

O Ministro das Obras Públicas e Infra-estruturas; *Del-*  
*fim Santiago das Neves.*